

Reda. Bxtur **'Negociação significa fazer concessões'**

por Celso Pinto
de Londres

O Brasil está disposto a negociar qualquer ponto de sua proposta original da dívida externa, inclusive o montante a ser pago, desde que a discussão esteja baseada na idéia da capacidade de pagamento do País, disse ontem o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris.

"Negociação significa fazer concessões, buscar consenso", argumentou Eris, enfatizando a flexibilidade da posição brasileira. "Houve uma evolução da posição brasileira e também dos bancos."

Eris começou ontem, em Londres, o esforço para explicar aos governos dos países desenvolvidos a proposta brasileira para a dívida e procurar criar um clima mais favorável. Ele teve um encontro de 55 minutos com o governador do Banco da Inglaterra (banco central), Robin Leigh-Pemberton, e um almoço, na residência da embaixada, com banqueiros e funcionários do governo britânico.

Ele não quis comentar, com a imprensa, detalhes da proposta apresentada aos bancos segunda-feira, em Nova York. Disse que envolvia o pagamento de "menos de US\$ 2 bilhões" em juros atrasados e que havia ampla disposição de negociar. "As cifras não são rígidas", explicou.

O Brasil insistirá, contudo, em basear a negociação no conceito amplo de "capacidade de pagamento". Na primeira proposta, o Brasil havia dito que não pagaria qualquer atrasado antes da conclusão de uma negociação.

“Negociação significa fazer...”

por Celso Pinto
de Londres

(Continuação da 1ª página)
global para a dívida. Indagado se a posição havia evoluído para a vinculação entre o pagamento dos atrasados e a aceitação, pelos bancos, de alguns princípios básicos para a negociação global, como o da “capacidade de pagamento”, Eris disse que era “algo parecido”.

Este ponto pode levar a uma discussão política delicada, já que a resolução que o Senado está discutindo sobre a negociação da dívida prevê, num item, que nenhum pagamento de atrasados será feito antes que um acordo global seja fechado. Eris, contudo, diz que a resolução ainda não foi aprovada e que o Executivo já firmou posição contrária a este artigo, alegando que ele não se refere à substância da negociação, mas ao estilo. “O que importa é o resultado final de quanto o País vai pagar”, sustenta.

Ele quer ter absoluta flexibilidade para negociar. Até mesmo o montante definido como a capacidade de pagamento externa total do País, de US\$ 8,5 bilhões em 1991 (US\$ 2,9 bilhões em juros aos bancos privados), pode ser, eventualmente, revisto. “Se, usando um exemplo hipotético, um banco nos propusesse receber US\$ 2 bilhões a mais agora para, em troca, eliminar US\$ 20 bilhões em empréstimos, não tenho certeza de que nós e o Congresso aceitaríamos de bom grado perder um pouco mais de reservas”, argumentou.

O conceito de capacidade de pagamento é amplo: es-

tá baseado na capacidade fiscal do Estado (no balanço das contas do setor público), como ponto de partida para definir quanto se pode pagar de dívidas internas e externas. Os bancos, pelo que apurou este jornal, acham que as projeções feitas pelo Brasil (que supõem um superávit fiscal de 1% do PIB no próximo ano e depois déficits) são muito pessimistas. Querem, em outros termos, que o Brasil prometa fazer um esforço fiscal maior, mantenha superávits do setor público por vários anos — ampliando, com isso, sua capacidade de pagamento.

Eris disse ontem que “o tamanho do esforço fiscal também é elástico: pode-se fazer mais ou menos”, o que abre uma porta para negociar esta questão com os bancos. Os bancos também discordam das prioridades no uso dos recursos: o Brasil quer repagar a dívida interna, manter um nível mínimo de investimentos públicos e, só depois, pagar a dívida externa.

Esta flexibilização da posição não deve ser entendida como um recuo, segundo Eris. Numa negociação é preciso que os dois lados estejam dispostos a abrir mão de algumas coisas. Se as posições se cristalizam, não há negociação possível. De outro lado, contudo, ele insistiu em que o Brasil não quer assinar um acordo qualquer, sabendo que não poderá cumpri-lo depois de seis ou doze meses, nem quer voltar ao círculo vicioso que alternou hiperinflação e recessão na década de 80.

Até o início da noite, a rodada de negociações com os bancos, em Nova York, não havia terminado. Eris havia sido informado pelo negociador brasileiro Jório Dauster, contudo, de que os bancos haviam-se referido à rodada dizendo: “Agora que estamos iniciando uma negociação mais substancial”. Em outros termos, teriam considerado a proposta de ontem base para negociar — algo que não havia acontecido com a primeira proposta apresentada pelo Brasil.

A conversa ontem com o governador do Banco da Inglaterra foi, acima de tudo, informativa. Falou-se muito sobre economia brasileira. Eris procurou explicar o andamento do plano de estabilização e foi intensamente perguntado a respeito. Explicou também a proposta brasileira para a dívida e seus fundamentos.

No almoço, o banqueiro de maior peso presente foi Sir Jeremy Morse, presidente do Lloyds Bank. Morse, pelo que apurou este jornal, reclamou bastante da primeira proposta brasileira para a dívida. Teria, de todo modo, ficado bem impressionado com a exposição de Eris sobre o ajuste econômico e os novos passos na negociação da dívida.

Morse levantou, também, outra questão delicada. Reclamou das operações de “buy back”, compra da dívida no mercado secundário, com desconto, por estatais brasileiras. Os bancos alegam que é injusto o Brasil usar recursos externos para abater sua dívida, quando está devendo tanto em atrasos

aos bancos. Eris assegurou a Morse que nenhuma dessas operações de recompra envolveu o gasto de reservas cambiais — todas foram feitas com recursos próprios das estatais no exterior.

Estavam presentes também no almoço Charles Alexander, do N. M. Rothschild; Audley Twinston-Davies, da Latin American Securities; Alastair Forsyth, do Schroeder Bank; Richard Langley, do Banco da Inglaterra; Nigel Wicks, subsecretário do Tesouro; Adrian Beamish, subsecretário do Foreign Office; Sir William Harding, diretor não executivo do Lloyds; e Carlos Alberto Alvarenga, do Banco do Brasil.

O presidente do Banco Central parte hoje cedo para Paris, onde se encontrará com o presidente do Clube de Paris, Jean Claude Trichet, e com o presidente do Banco da França, Jacques de Larosiére. Ele diz que a conversa com Trichet será apenas para conferir sua reação à primeira proposta brasileira ao Clube de Paris, que não foi modificada e prevê um refinanciamento, a longo prazo, dos juros devidos, especialmente em 1991 e 1992 (US\$ 5 bilhões cada ano).

Na quinta-feira de manhã, Eris vai a Frankfurt, onde se encontra com o presidente do Bundesbank (banco central), Karl Otto Poehl, e com o Deutsche Bank. Segue à tarde para Roma, onde, na sexta-feira pela manhã encontra-se com o presidente do Banco da Itália. Embarca de volta para o Brasil no sábado à noite.